

REVISTA DE SEGUROS

• VILMA PINTO, DA IFI, AVALIA A ECONOMIA E POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO

• TURISMO DÁ SINAIS DE RETOMADA COM AVANÇO DA VACINAÇÃO CONTRA COVID-19

• NESTA EDIÇÃO, SUPLEMENTO ESPECIAL DESTACA LIÇÕES E LEGADO DA CONSEGURO 2021

USO INTENSIVO DE HIDROGÊNIO AJUDA A CONTER AQUECIMENTO GLOBAL





Conseguro 2021

A CNseg agradece a todos que colaboraram para o sucesso do maior evento do mercado de seguros





06

ENTREVISTA

Recém-eleita diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), Vilma Pinto analisa a política fiscal e diz que desprezar o teto de gastos gera riscos para o Governo.



20

INFLAÇÃO E DÓLAR

País depara-se com risco inflacionário e impõe ao Banco Central o desafio de manter o aperto na política monetária para fazer a inflação voltar a convergir para o centro da meta.



28

AUTO / INOVAÇÃO

Susep define regras mais flexíveis para o seguro de auto, permite o lançamento de produtos mais acessíveis e gera expectativa de que o volume de prêmios dobre nos próximos anos.

12

ENERGIA

Brasil surge como potencial candidato a suprir grande parte do mercado global com hidrogênio, apontado como o energético da sustentabilidade.



31

CRIMES VIRTUAIS

Relatório do banco suíço Julius Baer estima que ataques cibernéticos devem causar prejuízos de US\$ 6 trilhões à economia global e afirma que os Estados Unidos serão o país mais afetado.



16

CRISE HÍDRICA

O risco de apagão reforça a importância do seguro para garantir às usinas a compra suplementar de energia no mercado livre, de modo a atender o consumo, sem levar as empresas ao endividamento.



24

MEIO AMBIENTE

Fragilizado diante do desmatamento da Amazônia, Brasil pretende fazer acordos de financiamento do clima e mercado de carbono na 26ª Conferência Climática da ONU (COP26).



36

TURISMO

Após perdas provocadas pela pandemia de R\$ 341 bilhões, de acordo com a CNC, o setor de turismo inicia rápida retomada dos negócios, beneficiado pelo crescente número de pessoas vacinadas no País e exterior.



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Ivan Luiz Gontijo Junior e Luciano Snel Corrêa

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Edson Luis Franco, Eduard Folch Rue, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Murilo Setti Riedel, Nilton Molina, Patricia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

EDITORA DE IMAGEM

Cláudia Mara Alcon dos Santos

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho, Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Solange Beatriz Palheiro Mendes e Vera Soares

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

Bianca Rocha, Chico Santos, Eliane Lobato, Francisco Luiz Noel, Jorge Clapp, Michel Alecrim, Patricia Faria e Thais Rucco

FOTOGRAFIA

Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google, Bianca Gens e divulgação de empresas.

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicson Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadral/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus, essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Sete décadas difundindo a cultura do seguro.



Confederação Nacional das Seguradoras

70 ANOS 1951 >>> 2021



O PAPEL DOS SEGUROS EM AMBIENTE VOLÁTIL, INCERTO E COMPLEXO

Uma edição de conteúdo ainda mais denso chega aos leitores da Revista de Seguros. Além da reportagem de capa, que registra os primeiros passos do País em direção ao uso de hidrogênio verde, que é uma possível resposta ao desafio de gerar energia limpa e conter o aquecimento, há em anexo um encarte especial sobre a Conseguo 2021, evento da CNseg, o maior do mercado segurador brasileiro, realizado de 27 de setembro a 1º de outubro.

São 82 páginas que sintetizam uma conferência - a primeira totalmente virtual - que entra para a história do nosso mercado não só pelos números recordes de audiência (6 mil participantes) como também pelos mais de 130 painelistas e debatedores que se revezaram em debates e reflexões sobre cinco blocos de temas da atualidade e do futuro: economia, infraestrutura, questões ASC, consumidores e regulação governamental, em 40 horas de programação.

Em meio a incertezas de toda a ordem, há consenso de que o mercado de seguros terá um protagonismo ainda maior em cercar de proteção uma sociedade que se defrontará com riscos adicionais causados pelas mudanças climáticas e pelo avanço dos crimes cibernéticos, enquanto

se recupera dos danos da pandemia da Covid-19.

A entrevistada desta edição é o melhor exemplo de um novo País que progride para enfrentar desigualdades e resistir em transparência. Egressa das cotas raciais de faculdades públicas, a economista Vilma da Conceição Pinto, 31 anos, acaba de assumir a direção da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI). Vilma graduou-se em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e é mestre em Economia Empresarial e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na entrevista, ela fala não só da experiência de superar barreiras por ser mulher e negra, mas também das escolhas difíceis do atual Governo, com impactos econômico e fiscal relevantes. O respeito às regras do teto dos gastos faz parte da solução menos dolorosa para recolocar em equilíbrio as contas públicas, afirma ela.

O Brasil terá de dar conta do desmatamento ilegal da Amazônia, conforme anunciado na 26ª Conferência Climática da ONU (COP 26), em Glasgow, na Escócia. Na maior floresta tropical do mundo, persiste um avanço do desmatamento desde 2019 - mais de 10 mil quilômetros quadrados de mata por ano. O Brasil promete respostas concretas no esforço de manter seu

protagonismo ambiental, reconhece que o desmatamento é seu maior desafio, prometendo combatê-lo, e vê na sua matriz energética um diferencial competitivo.

Outra matéria trata das feridas do setor de turismo, um dos mais afetados com as restrições à mobilidade em razão da pandemia. Pelas contas da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor amargou perdas da ordem de R\$ 341 bilhões no período. A indústria brasileira começa uma lenta reação. Em termos agregados globais, as perdas podem custar US\$ 4 trilhões ao PIB mundial, com o corte de um bilhão de viagens internacionais entre 2020 e os primeiros meses de 2021, reporta a Organização das Nações Unidas (ONU). Na pauta, ainda, as consequências de uma persistente alta da inflação e os problemas endereçados pela crise hídrica.

Mas, as matérias desta edição não se limitam a apresentar os problemas, como também, e principalmente, a revelar ações em curso, apresentar múltiplas visões para o equacionamento dos desafios e ensejar propostas que interessem a todos os brasileiros.

Boa leitura!

“BRASIL ENFRENTA CENÁRIOS FISCAL E ECONÔMICO COMPLICADOS”

Vilma da Conceição Pinto, 31 anos, foi aprovada para a direção da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), cargo que acaba de assumir. Mas as atenções estão voltadas para os fatos de ser mulher e negra, inéditos na história da IFI e incomuns em postos de comando, de maneira geral. Ela não se importa. Reconhece que ressaltar gênero e raça ainda é uma maneira de demonstrar a falta de diversidade na elite do poder no Brasil. Nascida em Niterói, no Rio de Janeiro, Vilma é graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em Economia Empresarial e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Nesta entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, uma das primeiras concedidas após o início de sua atuação como diretora da IFI, criada em 2016, ela fala sobre os riscos de não se respeitar o teto de gastos, analisa a política fiscal e alerta para a bomba de efeito retardado para 2022, caso o Governo mante-

nha dados irreais no Orçamento do ano que vem. Sobre a projeção da IFI de melhora do PIB este ano, ela diz: “Ainda achamos que é possível.”

A senhora assume a direção de uma instituição que fiscaliza as contas públicas num momento em que essas contas estão complicadas e a economia, instável. Qual é sua avaliação?

A situação fiscal e econômica é muito ruim, já vem assim desde 2015 e 2016, período em que o PIB caiu mais de 3% ao ano, e as contas carregavam déficit fiscal desde 2014. Hoje, o cenário está complicado porque, especialmente nos últimos meses, o Governo tem demonstrado dificuldade em se ater ao cumprimento das regras fiscais sem medidas adicionais para alterar essas regras. Um exemplo bem claro é a questão dos precatórios, uma despesa obrigatória que está no teto de gastos desde sua criação. Nesse contexto, somado ao momento econômico e à pandemia, temos um desafio muito grande.

“O Governo pode equilibrar as contas públicas aumentando receitas, reduzindo despesas ou fazendo um mix das duas coisas. Ou seja, tem algumas alternativas, a questão são as escolhas.”



Como reequilibrar as finanças públicas?

A primeira coisa é o respeito às regras fiscais, o cumprimento delas; depois, pensar em como realizar um ajuste fiscal efetivo e recuperar a capacidade de gerar resultado primário positivo e ampliar investimentos e outros gastos, como os sociais e em saúde, cuja demanda vai crescer na próxima década. O Governo pode equilibrar as contas públicas aumentando receitas, reduzindo despesas ou fazendo um mix das duas coisas. Economizar em função da melhoria da qualidade e eficiência dos gastos e dos estímulos econômicos que advenham disso. Ou seja, o Governo tem algumas alternativas, a questão são as escolhas. A questão é que caminho vai seguir para fazer esse ajuste...

Qual seria o melhor?

Depende de decisões do Governo. São escolhas difíceis e com impactos econômico e fiscal relevantes. Se a alternativa for um ajuste

pelo lado da receita, há um entendimento de que a carga tributária é muito elevada. É possível verificar nitidamente isso quando se analisa parâmetros internacionais. Nosso nível de carga tributária é comparável à média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de economia avançada. Assim, o canal via receitas tem que ser muito bem pensado e calibrado. Vamos olhar um pouco para os gastos. Temos algumas mudanças legislativas que foram feitas antes – não chegam a ser reformas, foram ajustes – da existência do teto de gastos, como as mudanças no abono salarial, no seguro-desemprego (de regras de acesso e de duração), no auxílio-doença e, em 2019, teve a Reforma da Previdência, que já foi pós-teto de gastos. E aí encontra-se certa dificuldade para melhorar as contas públicas e gerar resultado fiscal primário positivo. Até é possível vislumbrar uma melhora, mas é muito gradual e, se não houver medidas adicionais de

“O Governo encaminhou, em 31 de agosto, projeto de lei no qual está incluído o Auxílio Brasil, mas, olhando bem, o valor é equivalente ao do atual Bolsa Família. Então, não houve mudança.”

“O cenário é desafiador, porque o crescimento econômico deve ser mais modesto que o esperado, e a alta da inflação está demandando aumento de juros por parte da autoridade monetária.”

ajustes, vai demorar alguns anos para o País conseguir gerar saldo fiscal primário positivo.

Ou seja, é possível, mas não dá para saber se será feito?

Isso. O Governo agora está com a intenção de criar o programa Auxílio Brasil, que vai demandar mais gastos e, para isso, tem que ter uma fonte de financiamento. O Governo encaminhou, em 31 de agosto, projeto de lei no qual está incluído o Auxílio Brasil, mas, olhando bem, o valor é equivalente ao do atual Bolsa Família. Então, não houve mudança. Não se pode simplesmente criar novos gastos sem dizer como vai arrumar os recursos para custeá-los.

A IFI projetou, no Relatório do fim de julho, a possibilidade de recuperação fiscal. Mas, naquela época, ainda não sabíamos que a pandemia voltaria ao ponto inicial, que andaria para trás...

Sim, mas o impacto econômico e o fiscal de agora são um pouco diferentes, porque no início da pandemia tínhamos muitas incertezas, não se conhecia o que estávamos enfrentando e não sabíamos bem o que fazer. Foram impactos muito fortes na atividade econômica no final do primeiro trimestre de 2020 até o segundo trimestre. Mas, depois, embora tenham ocorrido alguns episódios de fechamento, o impacto na atividade econômica não foi tão forte como o que ocorreu no ano passado.

Por quê?

Porque as empresas começaram a se adaptar. O e-commerce cresceu, o home office idem. O setor que teve mais dificuldade de se adaptar às regras de isolamento social foi o de serviços prestados às famílias. Mas o comércio foi um dos que se adaptaram mais rápido. Então, se tiver piora na pandemia, pode alterar, mas acho que não tanto quanto foi no primeiro semestre do ano passado.

O PIB do Brasil caiu no segundo trimestre 0,1%, segundo o IBGE. O Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI, de agosto, fazia uma previsão de crescimento econômico acima dos 4,2%, podendo chegar a 5,4%. É um cenário otimista, não é? Será revisado?

Na ocasião, foi previsto que o PIB brasileiro iria crescer 4,2% em 2021, com viés de alta – podendo chegar a 5%. E 2,3% em 2022. Com a divulgação do PIB do segundo trimestre, a princípio, o cenário de 2021 se mantém em 4,2% com viés de alta, mas em 2022 o número será pior. Embora ainda não tenhamos revisado o cenário, é possível que em 2022 o crescimento fique um pouco abaixo de 2%. O PIB de 0,1% é muito ruim, mas ainda entendemos que é possível chegar a algo próximo de 5% até o final do ano. Sobre revisões de cenário, temos o padrão de fazê-las duas vezes ao ano – uma em maio e outra em novembro, mas em 2021 as revisões foram mais frequentes. Precisamos, agora, fazer uma atualização de acordo com os indicadores que estão sendo observados.

Para 2022, no entanto, o mesmo relatório mostra preocupação com o PIB devido a fatores como inflação alta, aumento de juros, incertezas quanto a demandas externas e risco fiscal. Por quê?

É importante frisar que o Orçamento encaminhado pelo Governo no fim de agosto está com previsões um pouco otimistas, do ponto de vista do crescimento econômico e da inflação, e isso acaba afetando o que está orçado. A inflação prevista para final de 2021, que é utilizada para correção de boa parte das despesas obrigatórias do Governo, está mais baixa que as expectativas de mercado, embora a inflação do meio de ano, que é utilizada para correção do teto dos gastos, tenha sido elevada. Se o Governo projeta inflação baixa para o fim do ano, aumenta a margem do teto de gastos e o espaço para acomodar despesas. Só que isso acaba não sendo real, porque as expectativas, hoje, já mostram um cenário mais adverso para a inflação. Então, a margem não seria aquela que foi colocada no Orçamento. Isso vai demandar, para o ano seguinte, eventual contingenciamento entre outras questões. O cenário é desafiador, porque o crescimento econômico deve ser mais modesto que o esperado, e a alta da inflação está demandando aumento de juros por parte da autoridade monetária, o que afeta também a dívida pública, como temos alertado na IFI.



Que medidas a senhora considera importantes tomar sobre o risco fiscal neste contexto de inflação alta, pagamento dos precatórios postergados, teto de gastos alterado etc.?

É importante frisar que não fazemos recomendação de política pública. Fazemos projeções e alertas em relação ao que está sendo proposto. De acordo com essa questão do orçamento para 2022, que foi encaminhado no final de agosto, acredito que o principal risco esteja nas premissas econômicas, que servem de parâmetro para estimar receitas e fixar despesas públicas, e que eventualmente precisaram ser revistas. O Orçamento foi feito com base em uma previsão otimista de projeções macroeconômicas em comparação ao que é visto hoje pelo consenso do mercado. E isso vai impactar o cumprimento das regras fiscais, sobretudo, o teto de gastos para o ano que vem.

A inflação mais alta é benéfica para as contas públicas?

Vou dar exemplo pela dívida que, agora, está menor. Observamos o crescimento do PIB nominal muito forte, e ele não está acompanhando o PIB real. Ou seja, o que está crescendo muito é o chamado deflator do PIB, que é a inflação do PIB. Como avaliamos a sustentabilidade a partir de um indicador, que é o estoque da dívida pública dividido pelo PIB nominal, e o denominador está crescendo muito, isso faz com que a dívida caia. Mas está caindo por quê? Porque está tendo inflação, e não necessariamente porque o Governo está fazendo uma política fiscal contracionista capaz de equilibrar as contas públicas. Então, é um efeito de alta da inflação que está provocando essa redução no indicador. O Governo está com projeção de inflação para o final do ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 6,2%. O teto de gastos é corrigido pela inflação medida pelo (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até junho. O IPCA acu-

A inflação que corrige o teto de gastos foi muito maior do que o Governo estava esperando – e a inflação vai corrigir boa parte das despesas obrigatórias, aquelas que são indexadas ao índice.”

“O percentual de pessoas ocupadas em cargos de chefia, como diretores e gerentes, tem uma diferença gritante entre pretas e pardas e pessoas brancas: 27% para o primeiro e 73% para o segundo.”

mulado em 12 meses, até junho, foi de 8,35%. Então, o que acontece? A inflação que corrige o teto de gastos foi muito maior do que o Governo estava esperando – e a inflação vai corrigir boa parte das despesas obrigatórias, aquelas que são indexadas ao índice. Isso seria benéfico porque abriria uma margem no teto de gastos, conseguiria aumentar as despesas discricionárias. Mas, agora, as previsões de inflação estão aumentando muito e é bastante provável que chegue ao final do ano igual à que corrigiu o teto de gastos. Então, essa margem fiscal vai se reduzindo muito. Os parâmetros utilizados na peça orçamentária podem gerar um problema para o ano que vem, quando houver a revisão desse cenário, e a margem for muito menor do que está sendo prevista.

Seria uma maneira de conciliar a aplicação de regras fiscais com o teto de gastos?

O teto de gastos é uma regra fiscal. Além do teto, temos a meta de resultados primário e nominal, a regra de ouro, e tem algumas limitações obrigatórias que acabam virando meio que outra regra. Somos pródigos em criar regras, temos boa variedade delas, mas é preciso harmonizar essas regras fiscais. Estamos vendo problemas na execução, por exemplo, a dificuldade no cumprimento da regra de ouro. Também observamos problemas na questão do teto de gastos, dada a dificuldade de acionamento dos gatilhos e das propostas legislativas que visam tirar gastos da limitação constitucional. Ter boas regras fiscais é importante para manter equilibrada a trajetória das contas públicas. Uma característica fundamental de uma boa regra fiscal é a existência de certa flexibilidade para períodos adversos, como o da pandemia.

Há gatilhos para flexibilizar o teto de gastos?

A regra prevê o acionamento de gatilhos, mas esses são alguns mecanismos para tentar ajudar o Governo a reduzir as despesas e manter o cumprimento da regra constitucional. Originalmente, a regra previa acionamento dos gatilhos quando o teto dos gastos fosse ultrapassado. Recentemente, a Emenda à Constituição nº 109/2021 mudou o mecanismo de aciona-



mento dos gatilhos. Agora, eles são acionados com base no orçamento aprovado, sempre que a proporção de despesas obrigatórias em relação à despesa primária total for superior a 95%. Os principais gatilhos são: nenhuma despesa obrigatória pode crescer acima da inflação; os benefícios que são corrigidos pelo salário-mínimo não podem crescer acima da inflação – isso implica que o salário-mínimo seja corrigido somente pela inflação, para que não haja adoção de medidas que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação. Não é possível criar novas despesas obrigatórias, nem conceder reajuste salarial para o servidor público ou promover novas contratações, salvo algumas exceções. Não se pode criar e nem ampliar gastos tributários, que é quando o Governo abre mão de arrecadar algum recurso para beneficiar um setor específico. A mesma

vedação se aplica aos subsídios, que podem ser explícitos (impactam diretamente a despesa do Governo) ou implícitos (impactam o endividamento público). O grande problema está em acionar os gatilhos e garantir mais fôlego para o cumprimento da regra fiscal.

Qual é a taxa ideal de crescimento do PIB para equilibrar as contas públicas?

Vamos pensar no sentido inverso. Dada determinada taxa de crescimento econômico e de juro real, qual será o resultado primário necessário para manter a dívida/PIB estável? Podemos elaborar uma conta para diferentes cenários de crescimento econômico e juro real. Assim, pensando no atual nível de endividamento público, em torno de 84% do PIB, e tomando como base os parâmetros de consenso para 2022, referente ao crescimento do PIB (em torno de 2%) e para os juros reais (entre 3,5% e 4%), o resultado que o Governo precisaria fazer para evitar aumento do endividamento é de algo como 1,7% do PIB. Hoje estamos em uma situação de déficit fiscal, assim, o esforço fiscal necessário deverá ser ainda maior. Em um cenário de maior crescimento econômico, esse esforço fiscal requerido é reduzido.

A senhora sempre demonstra preocupação com a questão social do País. Considera possível o equilíbrio fiscal junto com políticas sociais?

Sim, é possível e legítimo. Conseguimos visualizar isso no período da pandemia. Havia o público que estava no Bolsa Família, o que constava do Cadastro Único e as pessoas que não estavam em nenhum deles – os chamados invisíveis – e precisavam de um auxílio emergencial. A quantidade de pessoas que precisaram do benefício foi muito maior do que se esperava ou se tinha conhecimento, inicialmente. Então, é importante reforçar que esses programas sociais são importantes. Mas têm que ser feitos com responsabilidade fiscal. Antes de criar esses programas, é necessário pensar no melhor desenho da política pública (em termo de eficiência, custo-benefício, alcance etc.). Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não é possível aumentar um gasto obrigatório continuado sem a respectiva fonte de finan-

ciamento. O Bolsa Família é um programa que dá certo e é bem avaliado, uma alternativa seria criar mecanismos para expandi-lo.

Qual foi o caminho que o atual Governo encontrou?

O Governo propôs a criação do Auxílio Brasil em substituição à atual Bolsa Família, mas não definiu o custo fiscal do novo programa. Na exposição de motivos do projeto de reforma tributária dos impostos sobre a Renda (PL 2337/2021), foi posto que as alterações tributárias que implicassem aumento de receita poderiam ser consideradas como medidas compensatórias para o novo programa social do Governo. Já no encaminhamento do projeto de lei orçamentária de 2022, a dotação prevista para o Auxílio Brasil é equivalente ao atual valor do Bolsa Família. Assim, essa questão ainda está em aberto.

O fato de ser mulher e de ser negra tem sido realçado após a aprovação para o cargo que assumiu.

Como é lidar com isso?

Com o tempo, esse realce tem que acabar. Mas, hoje, ele ressalta a falta de diversidade que temos no mercado de trabalho. Por exemplo, o percentual de pessoas ocupadas em cargos de chefia, como diretores e gerentes, tem uma diferença gritante entre pretas e pardas e pessoas brancas: 27% para o primeiro e 73% para o segundo.

O que faz seu êxito profissional maior ainda...

Quando entrei na faculdade, não imaginava que teria a trajetória que tive. Tudo o que conquistei no campo profissional é extremamente gratificante. Entrei na faculdade no programa de cotas – que ajuda muito, mas não resolve por completo a questão da desigualdade. Muitos jovens entram em cursos superiores, mas enfrentam dificuldades no decorrer do curso. É fundamental melhorar a qualidade do ensino público para que se chegue ao ponto de não precisar mais das cotas. É preciso melhorar a educação básica para que o jovem de baixa renda tenha acesso à formação de qualidade e possa enfrentar as provas seletivas em condições iguais.

“Os parâmetros utilizados na peça orçamentária podem gerar um problema para o ano que vem, quando houver a revisão desse cenário e a margem for menor do que está sendo prevista.”

A ENERGIA NA ROTA DO HIDROGÊNIO VERDE

A chave para o desejável direcionamento da indústria do hidrogênio para o rumo do energético verde será a precificação do carbono.

Por força da abundância dos seus recursos naturais, o Brasil vem se posicionando na vanguarda da geração elétrica limpa desde que a eletricidade começou a se massificar no mundo, nas duas últimas décadas do século 19. No século 20, com a geração hidrelétrica e, mais recentemente, com a explosão das fontes eólica e solar.

Agora, quando o aquecimento global impõe não somente uma matriz elétrica, mas uma matriz energética limpa, o País surge como potencial candidato a suprir grande parte do mercado global com aquele que vem sendo visto como o energético da sustentabilidade, transitando entre fonte elétrica, combustível e matéria-prima: o hidrogênio.

A vocação brasileira para a geração elétrica renovável e limpa manifestou-se simultaneamente à difusão da eletricidade, na década de 1880. Ao longo do século 20, especialmente a partir da década de 1950, o País consolidou essa vocação, colocando em operação, sucessivamente, hidrelétricas cada vez maiores – a maior de todas Itaipu, em parceria com o Paraguai, com 14 mil MW de potência instalada.

O Brasil chegou a ter mais de 95% da sua demanda por eletricidade suprida por hidrelétricas. Mesmo agora, com o progressivo esgotamento do potencial de novos aproveitamentos de grande porte, especialmente pelos impactos socioambientais decorrentes, a fonte hídrica responde por 62,5% da capacidade instalada do País, com 109,18 mil MW, segundo os dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2021, da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

EXPLOSÃO DOS RENOVÁVEIS

A partir do final do século 20, com a constatação das mudanças climáticas e dos seus efeitos sobre o aquecimento global, provocado pelas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, especialmente o gás carbônico (CO²), iniciou-se uma reviravolta no setor energético.

O mundo, que vinha produzindo a maior parte da sua eletricidade a partir de hidrocarbonetos e, em alguns países, de fonte nuclear, precisava de uma matriz elétrica mais limpa e renovável. Sem a alternativa hídrica tão abundante, a saída foi investir em tecnologias de geração até então

O Brasil chegou a ter mais de 95% da demanda por eletricidade suprida por hidrelétricas. Mesmo com o progressivo esgotamento do potencial, a fonte hídrica ainda responde por 65%.

quase experimentais e pouco competitivas, especialmente a energia do sol e a dos ventos.

Uma tendência que ganhou contornos de urgência absoluta com a crescente insegurança das sociedades em relação à energia nuclear, temor acentuado a cada novo acidente com usinas



atômicas, cujos marcos foram Three Mile Island (1979 – EUA), Chernobyl (ex-URSS – 1986) e Fukushima (Japão – 2011).

Em poucos anos, as fontes eólica e solar ganharam competitividade e tornaram-se focos centrais dos investimentos, especialmente na Europa. No Brasil, o despertar para essas alternativas ocorreu na metade da primeira década deste século e novamente o País constatou que, como acontecera com as hidrelétricas, tinha potencial para avançar rapidamente nessas fontes renováveis.

Segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a capacidade instalada de geração solar no Brasil saltou de apenas 22 MW em 2005 para 20.177 MW este ano e já com projetos em construção ou contratados para alcançar 30.203 MW em 2024. Segundo os dados da EPE, a capacidade instalada do parque eólico fechou 2020 com 9,8% da matriz elétrica brasileira.

Também segundo a EPE, no seu Plano Decenal de Expansão Energética 2030 (PDE 2030), de 2026 a 2030, a fonte eólica terá expansão de 11.875 MW, a uma média anual de 2.375 MW.

Mas a presidente da ABEEólica, Elbia Gannoun, considera a estimativa conservadora e prevê que essa expansão ficará em torno de 3 mil MW anuais, o que elevaria a capacidade do parque gerador eólico a quase 50 mil MW naquele ano.



PLACAS FOTOVOLTAICAS

A trajetória da energia solar produzida a partir de placas fotovoltaicas é mais recente, mas tende a seguir o mesmo rumo da eólica. Os dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) mostram que, partindo do zero em 2011, a fonte alcançou 9.451 MW de capacidade instalada em junho deste ano, divididos em 6.024 MW de geração distribuída e 3.427 MW de geração centralizada.

A geração distribuída é aquela do produtor, residencial ou não, a maior parte deles conectada à rede de distribuição regional da qual recebe créditos por eventuais excedentes gerados e que são injetados naquela rede. Já a geração centralizada é aquela constituída pelos parques eólicos de grande porte, conectados ao Sistema Elétrico Nacional (SIN) e despacha-

dos segundo a lógica do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Como a geração solar vem, desde 2019, sendo a mais barata nos leilões de energia nova promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a expectativa dos especialistas é que haja uma explosão cada vez maior dessas instalações.

O desenvolvimento das energias eólica e solar vem contribuindo para que a matriz elétrica brasileira permaneça uma das mais limpas do mundo, mesmo com a recente expansão das termelétricas convencionais movidas a vários tipos de combustíveis, especialmente a gás natural, que alcançaram, no final do ano passado, 23,4% da matriz elétrica do País.

A expansão das termelétricas tem sido determinada principalmente por razões de segurança energética, seja em decorrência da variabilidade da geração solar e eólica, seja devido à persistente redução da afluência de água para os reservatórios das hidrelétricas na última década.

Outro fator importante é que as principais hidrelétricas recentemente construídas, como as



de Belo Monte, a maior e 100% brasileira, com 11.233,1 MW, de Jirau (3.750 MW), e de Santo Antônio (3.568,3 MW). São usinas sem reservatório, denominadas a fio d'água, que só geram perto da capacidade plena quando o rio está cheio.

Na atual crise hídrica pela qual o País está atravessando, com necessidade de economizar ao máximo água dos reservatórios das hidrelétricas para enfrentar o período de seca sazonal que vai até novembro, as eólicas, em plena “safra” de ventos no Nordeste, e as termelétricas têm sido fundamentais para o atendimento à demanda.

Na quinta-feira, 19 de agosto, por exemplo, para uma demanda total de 70.302 megawatts médios (MWmed), as hidrelétricas geraram 49,19%; as termelétricas convencionais (excluindo nucleares), 28,81%; as eólicas, 17,89%; as nucleares, 2,93%, e as solares, 1,19% (somente as centralizadas). Os dados são do ONS.

● ● ● HIDROGÊNIO VERDE

O mesmo aquecimento global que estimulou o surgimento de novas fontes de energia elétri-

Na atual crise hídrica do País, que exige economizar água dos reservatórios das hidrelétricas, as fontes eólicas e termelétricas têm sido fundamentais para atender à demanda.

ca está empurrando o avanço de outras tecnologias associadas à descarbonização atmosférica, e a maior delas é a sintetização em massa de um dos elementos básicos da natureza, o hidrogênio, a partir de fontes limpas.

O mesmo aquecimento global que estimulou o surgimento de novas fontes de energia elétrica está empurrando o avanço de outras tecnologias associadas à descarbonização atmosférica.

Com elevado poder calórico e múltiplas aplicações, ele é a principal aposta da Ciência hoje para substituir os hidrocarbonetos na maioria das suas aplicações, incluindo combustível para transporte e insumo para a produção de maté-

rias-primas básicas como aço, no lugar do carvão, e produtos químicos, como já ocorre na cadeia dos fertilizantes nitrogenados.

Sua conexão com o setor elétrico ocorre por vários caminhos, começando pelo fato de que sua produção é eletrointensiva. Produzido a partir de fontes limpas como a hídrica, a eólica e a solar, ele é o chamado hidrogênio verde, maior aposta na luta contra as mudanças climáticas.

Extraído da água por meio do processo chamado eletrólise, ele pode ser armazenado em grandes vasos e usado depois para a produção dessa mesma energia elétrica, preenchendo os espaços vazios deixados pela variabilidade dos ventos e pelo ciclo solar, ou mesmo para poupar água das hidrelétricas.

A estatal Furnas Centrais Elétricas inaugurou no primeiro semestre deste ano, em parceria com outras empresas e centros tecnológicos, uma usina-piloto de eletrólise para a produção de hidrogênio destinado à geração elétrica. A companhia usa água do reservatório da hidrelétrica de Itumbiara, entre Minas Gerais e São Paulo, e o processo é movido por uma pequena usina solar fotovoltaica.

“O século 21 será do hidrogênio, assim como o 18 foi da lenha, o 19, do carvão mineral, e o 20, do petróleo”, afirma o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) do Departamento de Economia da UFRJ

Hoje o mundo produz hidrogênio, principalmente, a partir do carvão (hidrogênio cinza) e do gás natural (azul). Castro afirma que a tendência a médio e longo prazos é a substituição de tudo que gera gás carbônico (CO²) por hidrogênio verde, ainda que a substituição do gás natural, considerado o mais limpo dos hidrocarbonetos e por isso um combustível de transição, deva ser paulatina.



CÉLULA A COMBUSTÍVEL

Os desafios são muitos para a produção em larga escala de forma competitiva, mas Castro lembra que, como o aquecimento global não espera, as mudanças não podem ser demoradas. Uma das mais à vista é o uso do hidrogênio na forma de célula a combustível para substituir os



“O século 21 será do hidrogênio, assim como o 18 foi da lenha, o 19, do carvão mineral, e o 20, do petróleo.”

Nivalde de Castro, UFRJ

derivados de petróleo no transporte pesado a longas distâncias (caminhões e navios).

Com fartura de sol, ventos e água, o Brasil tem tudo para sair na frente como fornecedor global desse novo insumo/combustível. Castro ressalta que a Europa, mais avançada nas pesquisas, mas menos na disponibilidade de fontes de geração, será uma grande importadora e já está preparando um “hub” de hidrogênio no Porto de Roterdã (Holanda).

O Estado brasileiro está ciente da oportunidade e tem trabalhado para viabilizar o arcabouço regulatório que construa as bases para a pesquisa e o desenvolvimento da indústria do hidrogênio. “A ideia é criar uma base de conhecimento sobre o hidrogênio e como direcioná-la para o hidrogênio verde”, destaca Agnes Costa, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios do Ministério de Minas e Energia (MME).

Costa explicou que o MME está lançando uma chamada pública para um programa de



“A ideia é criar uma base de conhecimento sobre o hidrogênio e como direcioná-la para o hidrogênio verde.”

Agnes Costa, MME

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na área de hidrogênio, atraindo investimentos privados. No dia 4 de agosto, o MME lançou também, por recomendação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), uma proposta de diretrizes básicas para um Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2).

A proposta tem seis diretrizes: Fortalecimento das Bases Tecnológicas; Capacitação de Recursos Humanos; Planejamento Energético; Arcabouço Legal-Regulatório; Crescimento do Mercado e Competitividade e Cooperação Internacional.

Costa avalia que a chave para o desejável direcionamento da indústria do hidrogênio para o rumo do energético verde será a precificação do carbono. Ele lembra que os compromissos de descarbonização do Acordo de Paris tornam obrigatório que essa indústria seja uma alternativa plena em 2050, mas entende que, em 2030, ela já será uma realidade. Ciente disso, a EPE trará um capítulo sobre hidrogênio no seu PDE 2031, que ficará pronto no final deste ano.

RISCO DE APAGÃO REFORÇA A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO SEGURO

Preço da energia está extremamente alto, e as cotações no mercado livre, que cresceram 40% somente este ano, devem tocar o teto regulatório nos próximos meses.

O setor de energia no Brasil passa por duas crises: a hídrica, com a falta de chuvas para aumentar o nível dos reservatórios, e a sanitária, causada pela Covid-19, que reduziu a produção de empresas e fábricas e reduziu o consumo de energia. O País enfrenta hoje uma seca histórica na região das hidrelétricas – o registro de chuvas entre os meses de setembro de 2020 e maio de 2021 foi o pior em 91 anos. Cinco estados (MG, GO, MS, SP e PR) emitiram alerta de emergência hídrica em junho, com duração prevista até final de setembro.

Essas crises acenam para a possibilidade de novo apagão, como o que aconteceu ao longo de 20 dias, em novembro do ano passado, no Amapá, que atingiu 13 dos 16 municípios daquele estado e foi considerado um dos maiores *blackouts* do Brasil, desde o apagão de 1999, que atingiu parte do País.

O “apagão” é tecnicamente a falta de energia devido a falhas no fornecimento aos pontos

de consumo, cuja causa fundamental pode ter origem em diversos elementos, como geração, transmissão ou distribuição de energia. De modo simples, pode também ser resultado de decisões operacionais para preservar as cargas vitais, selecionando aquelas que não são assim consideradas para desligamento programado até que os níveis de segurança operacional da rede elétrica sejam restabelecidos.

“Do ponto de vista da segurança, a falta de energia pode resultar em danos adicionais aos processos industriais de operação contínua ou, se houver um desligamento seguido de um religamento muito rápido, pode eventualmente causar danos eletromecânicos, como a quebra de eixo de motores elétricos de grande porte”, explica Thisiani Martins, presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Grandes Riscos da FenSeg.

Segundo ela, igualmente importante são os impactos causados aos agentes de geração, transmissão ou distribuição de energia. “Caso algo

súbito e imprevisto aconteça, eventuais danos materiais também podem ocorrer em decorrência de falha operacional ou em equipamentos elétricos, se os sistemas de proteção não operarem como projetado”, diz.

SITUAÇÃO DE ESCASSEZ

Para entregar energia, a usina recorre à compra no mercado livre – onde, em situação de escassez, o produto torna-se extremamente caro. As cotações no mercado livre já acumulam um salto de 40% somente este ano e devem tocar o teto regulatório nos próximos meses. O preço médio da energia atinge hoje R\$ 350 por MWh. No início do ano, para efeito de comparação, estava em R\$ 250 e, em 2020, entre R\$ 180 e R\$ 200, segundo informa Paulo Mantovani, diretor de Energia e Mineração da Marsh Brasil.

Com uma cobertura formada por apólices dimensionadas adequadamente em relação



ao preço da energia, a usina consegue ir ao mercado comprar a quantidade que precisa entregar, sem se endividar. “Quando as apólices não são dimensionadas corretamente, a usina é obrigada a tirar do próprio bolso o dinheiro necessário para completar a compra”, comenta o diretor da Marsh.

No mundo todo, a maioria dos produtos de seguros para construção (“construction all risks”) ou operação (“property”) tem um filtro importante para indenizar perda de lucro e/ou despesas fixas (lucros cessantes): precisa ter ocorrido um acidente coberto pelo seguro e cujo dano direto correspondente (danos materiais) tenha sido indenizado. Somente a partir dessa condição é que se indenizam os lucros cessantes.

De acordo com Edmur de Almeida, coordenador da Comissão Crédito, Garantia e Fiança do Sincor-SP, no Brasil, esse filtro era uma barreira regulatória determinada pela Susep, mas foi extinto recentemente como parte do atual processo de flexibilização das normas

de seguros. “Hoje, qualquer seguradora pode ofertar um produto que indenize lucros cessantes, independentemente de haver um dano material indenizado”, explica.



CONSCIENTIZAÇÃO

Cada sinistro traz lições e aprendizados para o mercado. No entanto, o problema no Amapá está relacionado a danos ocorridos pontualmente nessa região, cuja causa fundamental não é de pleno conhecimento. Nesse caso, como não houve indenização em decorrência dessa causa, não há dados de sinistralidade.

“Ainda não é possível dizer que esse evento causou uma alteração na contratação dos seguros, mas é possível que exista uma preocupação com a cobertura de lucros cessantes para as concessionárias de energia elétrica ou para os consumidores que perderam produtos, cessaram atividades e tiveram queda no faturamento. Mas foi um bom sinal de alerta

para revisar as apólices de responsabilidade civil dos agentes de energia elétrica”, afirma Thisiani Martins.

Apagão e pandemia são eventos que têm estimulado o empresariado a procurar esse tipo de proteção, seja por meio da gestão de risco pura ou combinada com transferência de risco por meio de seguro, na visão de Edmur de Almeida.

“Muitos donos de hotéis e restaurantes, por exemplo, procuraram seus corretores para saber se o seguro indenizaria lucros cessantes em decorrência daqueles eventos. Infelizmente, a resposta foi negativa. Mas, como ‘a necessidade é a mãe da criação’, quanto maior a demanda para esse tipo de proteção, maior a probabilidade de alguma seguradora oferecer um produto para esse fim”, comenta.

“Temos que observar esses casos de sinistros e ver como podemos melhorar. O caso do Amapá é público, teve um transformador que se incendiou e demonstra como planejamento é fundamental, porque todos os geradores,

transmissores ou distribuidores são passíveis de sofrer sinistro. Além de cuidar dos equipamentos e ter uma manutenção adequada – o que não impede de ocorrer um sinistro –, é fundamental ter planos para uma resposta eficiente e rápida”, diz Paulo Mantovani.

● ● ●
NOVO APAGÃO

No Brasil, o Operador Nacional do Sistema (ONS) faz estudos em tempo real e futuros que permitem uma operação segura das principais fontes geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica. Mas a executiva da FenSeg ressalta que as seguradoras não têm um indicador para confirmar se há um risco de apagões acentuado neste momento.



“Como ‘a necessidade é a mãe da criação’, quanto maior a demanda para esse tipo de proteção (apagão), maior a probabilidade de uma seguradora oferecer produto para esse fim.”

Edmur de Almeida, Sincor-SP



“Temos que observar esses casos de sinistros e ver como podemos melhorar. O caso do Amapá é público. Um transformador se incendiou, o que demonstra como planejamento é fundamental.”

Paulo Mantovani, Marsh Brasil

“Acompanhamos a evolução da situação por meio dos relatórios oficiais e da imprensa e estamos preocupados com a falta de água nos reservatórios, devido ao grande período de seca que o País enfrenta”, diz Thisiani Martins.

Para Paulo Mantovani, apesar da crise hídrica, ainda não é o momento de se falar em apagão. “O setor é bem estruturado, apesar das dificuldades que vem enfrentando. O mercado livre está se desenvolvendo cada vez mais, temos grande potencial de energia solar, eólica e de gás para as termoeletricas. Essas outras fontes não vão acabar com a hídrica, porque o Brasil é abençoado pela quantidade de rios, e teremos mais alternativas”, avalia.

Existem formas de se precaver contra os apagões. “Um gerador de energia aliado a uma apólice de seguro adequada pode amenizar muito os efeitos dos riscos de apagões”, afirma o corretor Jair Fernandes, presidente do Sincor-AM/RR.

Além de aconselhar a compra ou o aluguel de um gerador, Edmur de Almeida disse esperar que, em breve, haja oferta de produtos de seguros para esse tipo de risco e que eles sejam acessíveis para as micro e pequenas empresas, especialmente.

“Se o potencial de prejuízo com o apagão é grande, é melhor considerar fortemente a pos-

sibilidade de gerar a própria energia. Hoje, essa aquisição está muito mais acessível tanto para pessoas físicas (residências e condomínios) quanto jurídicas (comércio, serviços, indústrias e agronegócio)”, diz ele.

O ONS, em atendimento à solicitação do Ministério de Minas e Energia, revisou a Nota Técnica relativa à Avaliação das Condições de Atendimento Eletroenergético do Sistema Interligado Nacional (SIN), com projeções até novembro de 2021, ou seja, o fim do período seco e início do período úmido, considerando um aumento na carga de energia e a menor disponibilidade de usinas térmicas no período.

Embora o estudo indique que, até o fim de 2021, a situação permanecerá sensível, o ONS está atuando para aumentar a oferta das fontes

de energia e garantir que não haja a suspensão do suprimento elétrico.

O comunicado diz: “O Operador reitera que foi essencial o planejamento realizado, baseado em dados técnicos e premissas alinhadas com o momento de pior escassez hídrica, para possibilitar medidas excepcionais como estas que estão sendo tomadas desde o ano passado para estocar

água em todos os reservatórios e, com isso, gerenciar de forma estratégica esse recurso. A situação permanecerá sensível, porém as ações para o aumento da oferta das fontes de energia estão sendo tomadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) tempestivamente e com transparência, visando garantir o fornecimento de energia para a população.”



“Acompanhamos a evolução da situação por meio dos relatórios oficiais e da imprensa e estamos preocupados com a falta de água devido ao período de seca que o País enfrenta.”

Thisiani Martins, FenSeg

DICAS PARA QUEM NÃO QUER CORRER RISCO

A presidente da Comissão de Riscos Patrimoniais Grandes Riscos da FenSeg, Thisiani Martins, elenca algumas dicas para o consumidor não correr o risco de ficar sem energia.



CRIAR PLANOS DE CONTINGÊNCIA para uma eventual falta de energia elétrica e procurar fontes alternativas de energia para as cargas que não podem ser desligadas abruptamente, por questões de segurança de toda natureza;



IDENTIFICAR OS POSSÍVEIS FORNECEDORES de geração em casos de emergência e definir acordos com esses parceiros;



TREINAR OS FUNCIONÁRIOS com procedimento estabelecido para situações de crise, inclusive a falta de energia elétrica;



REVISAR AS PROTEÇÕES ELÉTRICAS de tal forma que as microinterrupções de energia não produzam danos adicionais ao processo de produção e aos equipamentos. Esse estudo deve incluir uma revisão das proteções de subtensão e de sobretensão, além de ser efetuado um estudo da seleção de cargas a desligar em caso de apagão e, muito importante, um estudo de religamento coordenado das cargas, quando a energia elétrica retornar em estágios de prioridade;



REVISAR SE AS APÓLICES DE SEGURO estão bem definidas para os riscos da empresa: cobertos e excluídos.

INFLAÇÃO E DÓLAR PODEM FREAR RITMO DA RETOMADA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Desafio do Banco Central agora é manter a credibilidade da política monetária e fazer a inflação voltar a convergir para o centro da meta.

O Banco Central divulgou no Relatório Focus de outubro as projeções de economistas do mercado financeiro para a inflação, crescimento econômico e taxa de juros. Os resultados das projeções espelharam um cenário de preocupante instabilidade. Pela 26ª semana seguida, a expectativa para a inflação avançou, aproximando de 9%. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa de crescimento para o próximo ano é cada vez menor, situando-se agora em 1,57%. Já para a taxa básica de juros, a previsão é de que atinja 8,25% ao ano no fim de 2021 e 8,5% em 2022.

A Revista de Seguros ouviu especialistas e captou a visão de instituições respeitáveis como a Fundação Getulio Vargas (FGV) e a PUC-Rio para verificar o quanto essa visão pessimista tem fundamento, até que ponto se propaga pela sociedade e se pode atingir inclusive mercados que se mostram mais resilientes

no cenário atual, como o de seguros.

As respostas não chegam a ser animadoras, mas trazem um pouco de alento. Na opinião de Armando Castelar Pinheiro, professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ, e pesquisador associado do IBRE/FGV, o País subestimou o risco inflacionário e atrasou o aperto à política monetária, que ficou excepcionalmente estimulante no início do ano.

“Isso deve segurar um pouco o crédito e a atividade econômica. Mas, em compensação, ao colocar a inflação sob controle, a alta da Selic impedirá uma corrosão ainda maior da renda das famílias e dará mais nitidez ao cenário econômico, o que pode estimular o investimento”, comenta, acrescentando que pode haver certa desaceleração do ritmo de retomada econômica em 2022, mas menos em decorrência do aperto monetário e mais do aumento do risco político.

Para o economista Luiz Roberto Cunha, pro-

fessor da PUC-Rio, o desafio do Banco Central (agora, oficialmente independente) é manter a credibilidade da política monetária. Ele lembra que a instituição já sinalizou que fará o que for necessário para a inflação voltar a convergir para o centro da meta. “O País deve terminar o ano com o IPCA próximo de 9%, com viés de alta, e a meta para 2022 é de 3,5%. Portanto, não há dúvida de que o desafio do BC é significativo, especialmente se houver instabilidade política com efeitos sobre o câmbio”, alerta.

● ● ● VISÕES OPOSTAS

Ambos concordam que o cenário internacional, sobretudo o dos Estados Unidos, pode trazer consequências significativas para a economia brasileira. Contudo, eles têm visões relativamente opostas sobre a natureza dos reflexos, se positivos ou negativos, para o País.

Armando Castelar entende que a chance



de uma recessão norte-americana no próximo biênio é praticamente zero, pois o avanço da vacinação, a política monetária expansionista e os fortes estímulos fiscais, dos quais o pacote de infraestrutura de US\$ 1 trilhão é apenas o mais recente, tornam difícil não projetar uma forte expansão da economia dos Estados Unidos nesse período.

Além disso, o economista ressalta que o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta alta de 7,0% para o PIB americano neste ano, crescimento que supera a compensação da queda de 3,5%, em 2020, e a nova alta estimada de 4,9%, em 2022.

“Para o Brasil, isso é bem melhor do que se houvesse uma recessão nos Estados Unidos. A forte expansão global puxa os preços das *commodities* para cima, estimulando o investimento e o PIB no País. É verdade que também pressiona a inflação, mas nada que não possa ser controlado por uma política monetária adequada”, pontua.

Já Luiz Roberto Cunha frisa que não há alternativa melhor para o Brasil entre a recessão nos Estados Unidos e a continuidade da inflação global – especialmente na conjuntura atual, quando ainda há muita incerteza em relação à situação fiscal e o País está com a atividade econômica em recuperação, mas ainda com elevado desemprego.

“Uma alta dos juros nos Estados Unidos certamente terá consequências para o fluxo de recursos externos e tenderá a pressionar o câmbio, que já apresenta muita volatilidade por razões não econômicas, até porque, no segundo semestre de 2020, com o Risco Brasil ainda relativamente baixo e a forte alta nos preços das *commodities*, gerando superávit na balança comercial, a tendência deveria ter sido de valorização do Real e não foi, pois havia dúvidas sobre o avanço das reformas. Já uma inflação mais persistente que venha afetar o crescimento da economia americana terá impacto sobre

o dólar e sobre o fluxo de comércio internacional, prejudicando o País”, explica.



SISTEMA DE PREÇOS

Diante da possibilidade de comparação do quadro atual com aquele que levou o economista e ex-ministro Mario Henrique Simonsen a preferir, há algumas décadas, a famosa frase “a inflação aleija e o câmbio mata”, os dois professores acentuaram que a realidade é outra.

“Isso foi há quase meio século. De lá para cá, o Brasil e o mundo mudaram bastante. Não há a mesma escassez de divisas que havia então, nem a mesma dependência de importações, a começar pelo petróleo, que era então quase todo importado. Mas, a bem-sucedida experiência com o câmbio flutuante reforça a conclusão de Simonsen, mostrando que é sempre melhor deixar os preços refletirem a real abundância ou escassez de bens, serviços e ativos, do que tentar



“O País deve terminar o ano com o IPCA próximo de 9%, com viés de alta, e a meta para 2022 é de 3,5%. Portanto, não há dúvida de que o desafio do BC é significativo, especialmente se houver instabilidade política com efeitos sobre o câmbio.”

Luiz Roberto Cunha, PUC-Rio

segurar artificialmente a inflação interferindo no sistema de preços”, ressalva Armando Castelar.

Por sua vez, Luiz Roberto Cunha diz que “Simonsen tinha toda razão”, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, quando o Brasil tinha uma acentuada dívida externa e poucas reservas, além de uma inflação muito mais elevada, inclusive com longos períodos de hiperinflação com a indexação dos preços através de diversas formas de correção monetária. Nesse período, diz ele, as variáveis externas eram determinantes



para o funcionamento da economia, e as desvalorizações cambiais, de fato, geravam muito mais danos do que a inflação.

“Simonsen também dizia que não existe pequena inflação, como não existe pequena gravidez, e lembrava que, na gravidez, após nove meses, temos o belo nascimento de uma criança, enquanto uma inflação persistente por um longo período, especialmente naquele tempo de indexação, gerava uma hiperinflação”, observa o professor da PUC-Rio.



RISCO NOS SEGUROS

Após superar um cenário adverso e apresentar resultados expressivos nos primeiros meses de 2021, será que o seguro corre o risco de ser atingido pela instabilidade econômica? Para os dois professores, a resposta é sim. Para o professor Armando Castelar, a alta de preços está se disseminando e não teria por que ser diferente no setor de seguros, seja em termos de sinistros, seja em termos de custos em geral com que opera o setor.

“Com a continuação da retomada econômica, em especial com um melhor desempe-

nho do mercado de trabalho no próximo ano, a demanda por seguros também tende a subir, facilitando às empresas do setor repassarem algumas dessas pressões de custos para os preços”, afirma Castelar.

Já Luiz Roberto Cunha enxerga consequências mais abrangentes, influenciando o comportamento de diversas carteiras de seguros. Para ele, em produtos como o seguro de automóveis – o setor automotivo foi um dos que mais sentiram o problema de desorganização de cadeias de produção e escassez de insumos resultantes da pandemia –, o custo maior de peças já encaixou sinistros, mas espera-se que esse seja um fenômeno temporário, e já há sinais de normalização desse mercado.

Ele cita ainda o forte crescimento do seguro rural, ao mesmo tempo em que se intensificam eventos climáticos adversos como as fortes geadas ou secas no Centro-Sul do Brasil – o que tem impacto na inflação dos produtos agrícolas e pode pressionar as apólices que cobrem o valor da produção”, alerta o economista, apontando ainda a Saúde Suplementar como outro segmento afetado, por seguir uma “dinâmica particular” de custos, além



“A forte expansão global puxa os preços das commodities para cima, estimulando o investimento e o PIB no País. É verdade que também pressiona a inflação, mas nada que não possa ser controlado por uma política monetária adequada.”

Armando Pinheiro, IBRE-FGV

de sofrer forte influência do câmbio, nos equipamentos e matérias-primas de medicamentos.

“No caso dos reajustes dos planos de saúde, temos no Brasil uma regulação intensa por parte do Governo. Por outro lado, aqui há um custo maior em controlar a inflação, o que se reflete em taxas de juros significativamente mais altas do que ocorre no exterior, o que acaba por remunerar mais as reservas que o setor precisa manter para honrar seus compromissos, melhorando resultados financeiros”, projeta Cunha.

VAREJO SOFRE EFEITOS DA INSTABILIDADE ECONÔMICA



Além do mercado de seguros, outros segmentos vêm demonstrando resiliência ao cenário de instabilidade econômica, ainda que de forma mais tímida. É o caso do varejo, cujas vendas, segundo pesquisa do IBGE, cresceram 1,2% em julho, na comparação com junho, resultado que superou a expectativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que revisou a previsão de crescimento das vendas para o ano de 4,5% para 4,9%. Confirmada essa previsão, o setor registraria seu maior avanço anual desde 2012 (+8,4%).

O otimismo se mantém mesmo com os efeitos de medidas como o aumento das taxas de juros. De acordo com o economista da CNC, Fábio Bentes, esse aumento já se faz sentir no custo do crédito ao consumidor final. A taxa média das operações de crédito com recursos livres para as pessoas físicas atingiu 39% ao ano em julho.

“Por outro lado, o pagamento do auxílio emergencial e, principalmente, a maior circulação de consumidores deverão viabilizar a recuperação do setor de comércio varejista”, projeta o economista, para quem o setor ainda pode registrar este ano o maior avanço desde 2012.



“O pagamento do auxílio emergencial e, principalmente, a maior circulação de consumidores deverão viabilizar a continuidade da recuperação do setor de comércio varejista.”

Fábio Bentes, CNC

DESMATAMENTO ILEGAL É O PRINCIPAL DESAFIO ASSUMIDO NA COP-26

Diante das pressões globais em defesa da floresta, o Governo enfatiza na Conferência que o País está alinhado a compromissos como o Acordo de Paris.

A escalada do desmatamento ilegal na Amazônia expôs o Brasil a cobranças na 26ª Conferência Climática da ONU (COP-26), em Glasgow, na Escócia. Por conta do interesse global pela região amazônica, o passivo ambiental foi item obrigatório na agenda do mais importante evento mundial sobre mudanças climáticas. Para o Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, o Brasil se empenhará para engajar o mundo na direção de uma economia muito mais sustentável. “A Cúpula do Clima trouxe ao mundo a responsabilidade de todos, inclusive a do Brasil, que vai fazer sua parte. Vamos ajudar a incentivar projetos verdes e caminhar para uma nova economia verde, mas com responsabilidade”, afirma ele, em entrevista disponível no portal do Ministério do Meio Ambiente.

Outro integrante da delegação brasileira na COP-26, o embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, acrescenta que o Brasil trabalhou

para manter a posição de destaque nas negociações de clima. “O Brasil sempre foi um país ativo e relevante nesse processo todo e queremos continuar a ocupar esse espaço de protagonismo. Segundo Paulino Franco de Carvalho, isso significa que, em vez de apenas indicativos do que todos querem em relação ao clima, a ideia é materializar as ações para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015. “Fazendo uma analogia, o Acordo de Paris é a lei, e o chamado ‘Livro de Regras’ é o decreto que regulamenta a lei e define o caminho para alcançar as metas”, explica o embaixador.

O Brasil promoveu diversos encontros bilaterais antes da COP-26 para acertar posicionamentos comuns na questão do clima e, adicionalmente, cobrar metas mais ousadas de seus interlocutores na redução das emissões, por entender que essa é uma tarefa global. Ou seja, não cabe só a alguns países cortar emissões, ao passo que outros permanecem na zona de conforto.

O Brasil reconhece que conter o desmatamento é seu principal desafio. A devastação histórica do bioma da Amazônia totalizava 730 mil quilômetros quadrados até 2020 (17% da área original), de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Do total, 300 mil quilômetros quadrados foram destruídos nos últimos 20 anos, segundo o Instituto, que gera os dados oficiais do desmatamento anual com base no Sistema de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes). Em toda a Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o desflorestamento chega a 813 mil quilômetros. “Os desafios brasileiros estão mais ligados ao desmatamento do que às atividades econômicas”, reconhece Joaquim Leite, explicando que, por trás do corte de árvores, também se escondem crimes graves como tráfico de drogas e lavagem



de dinheiro, que se beneficiam do tamanho territorial da Amazônia e, em consequência, das maiores dificuldades de combatê-los.

O ministro e o embaixador asseguram que o Brasil começa a dar passos consistentes para cumprir as metas acertadas pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, na reunião da cúpula da ONU, realizada em abril. Na ocasião, Bolsonaro prometeu acabar com o desmatamento ilegal até 2030 e atingir a neutralidade de carbono até 2050, 10 anos antes da meta anterior. “O combate ao desmatamento já apresenta resultados concretos e cumpre à risca o discurso do Presidente feito durante a Cúpula Mundial de Líderes pelo Clima, em abril. Muito provavelmente vamos antecipar as metas ou talvez ultrapassá-las”, afirma o chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Achilles Zaluar, assinalando que a meta brasileira de redução da emissão de gases é a terceira mais ambiciosa entre os países do G-20.

“A Cúpula do Clima trouxe ao mundo a responsabilidade de todos, inclusive a do Brasil, que vai fazer sua parte. Vamos ajudar a incentivar projetos verdes e caminhar para uma nova economia verde, mas com responsabilidade.”

Ministro Joaquim Leite, MMA

“O Brasil sempre foi um país ativo e relevante nesse processo todo e queremos continuar a ocupar esse espaço de protagonismo.”

Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Relações Exteriores



“O combate ao desmatamento já apresenta resultados concretos e cumpre à risca o discurso do Presidente feito durante a Cúpula Mundial de Líderes pelo Clima, em abril. Muito provavelmente vamos antecipar as metas ou talvez ultrapassá-las.”

Embaixador Achilles Zaluar,
Relação Exteriores

Para Zaluar, o desmatamento é, sim, muito importante, mas a questão do clima não se esgota nesse tema. “Talvez, ainda mais importante, seja a matriz energética, e o Brasil tem uma das mais limpas do mundo, dada a combinação de hidro, eólico, solar e um pouco de nuclear, todas energias que não geram emissão de gases poluentes”, afirmou.



FLORESTA NO CHÃO

O desmatamento na Amazônia Legal, atestado por números do Inpe, registra aumento

nos últimos nove anos. Depois de ter caído do patamar de 30 mil quilômetros quadrados para o de cinco mil, de 2004 a 2012, a taxa anual de desflorestamento subiu a 10 mil quilômetros, em 2019, e chegou a 11 mil, no ano passado. De 2016 a 2020, a média anual de abate da floresta alcançou 8,7 mil quilômetros quadrados – 64% a mais do que a média no período 2011-2015, de 5,6 mil quilômetros. Ano a ano, cerca de metade dessa destruição vem ocorrendo em terras públicas federais e estaduais e o restante, em áreas privadas.

No ano passado, o Governo Federal deflagrou a operação “Verde Brasil”, engajando as Forças Armadas em ações de combate à destruição da mata. A mobilização dos militares perdurou até abril deste ano, quando o Governo lançou o “Plano Amazônia 2021/2022”, que fixa metas e diretrizes de ação. Além de mirar Estados onde o desflorestamento é mais crítico (Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso), o Plano ressalta a importância da fiscalização para conter a derrubada ilegal e postula a busca de alternativas de geração de empregos e renda com base no uso da biodiversidade e da bioeconomia.

O “Plano Amazônia” foi lançado uma semana antes da Cúpula de Líderes sobre o Clima, evento virtual com chefes de Estado e de Governo, coordenado pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. De acordo com a meta governamental, oficializada pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal, o desmatamento anual até 2022 deve ficar em 8,7 mil quilômetros quadrados.



DESMATE E OCUPAÇÃO

O grande foco do desmatamento ilegal na Amazônia são as florestas públicas não destinadas, à espera de que a União ou os estados deem a elas finalidade sustentável, como unidades de conservação ou reservas indígenas. Essas matas somam 510 mil quilômetros quadrados – quase o dobro da área do Rio Grande do Sul –, dos quais mais de 140 mil quilômetros (29%) estão inscritos como imóveis agropecuários no Cadastro Ambiental Rural (CAR), segundo o Instituto de Pesquisa

Ambiental da Amazônia (Ipam). Autodeclaratório, o CAR é usado por grileiros para registrar terras supostamente ocupadas, a fim de reivindicar a propriedade no futuro.

De agosto de 2019 a julho de 2020, a derrubada ilegal de florestas não destinadas chegou a 2,3 mil quilômetros quadrados – 20% de todo o desmatamento na Amazônia nos 12 meses, segundo o Ipam. No acumulado, 6% de todas as matas não destinadas haviam sido destruídas até o ano passado, totalizando 28 mil quilômetros e, de acordo com o Ipam, gerando a emissão de 1,5 bilhão de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). À derrubada de árvores, negociadas com madeireiras, seguem-se as queimadas para agropecuária ou venda do domínio fundiário: de janeiro a novembro de 2020, o Inpe detectou 14 mil focos de calor nessas áreas.

“O avanço do desmatamento é preocupante. Além de não trazer benefício para a reputação do Brasil, contribui para piorar a qualidade do ar na Amazônia e aumentar o problema do efeito estufa”, afirma a pesquisadora e diretora de Ciência do Ipam, Ane Alencar. Especializada no estudo das queimadas, ela assinala que, com base em números do Inpe, “50% dos focos de calor e 54% dos alertas de desmatamento no ano passado ocorreram em terras públicas”, incluídas não somente as não destinadas, mas também reservas indígenas e unidades de conservação. Nas matas não destinadas, foram 18.595 focos de calor detectados em 2020.

O emprego de forças militares não produziu resultados positivos nos dados do desflorestamento da Amazônia porque, avalia Ane Alencar, faltam informações investigativas e perspectiva de longo prazo a essas ações armadas. “As pessoas sabem que os militares não vão ficar por muito tempo na floresta. Na semana em que o Exército está presente, os desmatadores não fazem nada; depois voltam a fazer tudo de novo”, diz a diretora do Ipam. “O que precisamos é fortalecer a inteligência das operações para pegar os peixes grandes, mas as pessoas têm, hoje, a percepção de que nada vai ser feito, como o embargo de áreas desmatadas ilegalmente.”

Na raiz do desmatamento nos últimos dois anos, Ane Alencar “vê o enfraquecimento das políticas de combate ao crime ambiental e das agências da área”, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). À carência de recursos, soma-se o desprestígio do meio ambiente na pauta federal e a fraca articulação institucional com estados e organizações sociais em defesa da floresta. “Tudo isso reverbera como desgovernança. Pessoas acham que podem ocupar terras públicas, desmatar sem ser punidas e depois ficar com essas áreas”, lamenta a diretora do Ipam.

O Governo diz que os números de julho a setembro já demonstram uma queda no ritmo de desmatamento comparado ao mesmo período do ano passado, e prevê resultados ainda melhores com os ajustes recentemente feitos, que incluíram elevar o orçamento do Ministério do Meio Ambiente para as ações de controle dos desmatamentos, uso ostensivo de 700 membros da Força Nacional em mais de 20 municípios, além do reequipamento das equipes do Ibama e do ICMBio.



MERCADO FUNDIÁRIO

Diante da pressão predatória sobre terras públicas não destinadas, os ambientalistas estão apreensivos com o projeto de lei para regularização de ocupações em áreas da União aprovado na Câmara dos Deputados, em agosto. O PL 2633 aumenta de quatro para seis módulos fiscais o tamanho das ocupações passíveis de regularização sem vistoria prévia, mediante declaração do ocupante de que cumpre a lei ambiental. Aplicável a todo o País, a medida abrange ocupações desde 2008 e beneficia posseiros multados por infração ambiental. Se virar lei, vai regularizar posses de 300 a 600 hectares, já que o módulo fiscal varia de 50 a 100 hectares na Amazônia.

Por trás da investida sobre a floresta e sua conversão em pasto está o mercado fundiário, salienta a professora da Universidade Federal do Acre (UFAC) Sonaira Silva, coordenadora



“O que precisamos é fortalecer a inteligência das operações para pegar os peixes grandes, mas as pessoas têm, hoje, a percepção de que nada vai ser feito, como o embargo de áreas desmatadas ilegalmente.”

Ane Alencar, IPAN



“A terra vendida como pastagem, que já tem valor agregado, é mais cara do que como área de floresta. O desmatamento é promovido por pessoas com dinheiro, que às vezes se valem de ‘laranjas’ para a ocupação.”

Sonaira Silva, UFAC

do Laboratório de Geoprocessamento Aplicado ao Meio Ambiente (LabGama), no campus Cruzeiro do Sul. “A terra vendida como pastagem, que já tem valor agregado, é mais cara do que como área de floresta. O desmatamento é promovido por pessoas com dinheiro, que às vezes se valem de ‘laranjas’ para a ocupação.” O retorno econômico da derrubada advém da negociação de toras com o setor madeireiro e do uso pecuário ou venda da terra ocupada.

Sonaira Silva adverte que, mesmo com redução do desflorestamento, o problema continuará enquanto a região não tiver economia

calçada na valorização da floresta e de seus produtos. “É preciso pensar estrategicamente em alternativas, como a biotecnologia, para que a pecuária não seja atividade principal”, destaca. Nesse rumo, atua o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, formado em 2017 pelos nove estados, que somam 29,3 milhões de brasileiros e geram 9% do PIB, em 5,1 milhões de quilômetros quadrados (60% do País). Além de se opor à derrubada ilegal, o consórcio preconiza desenvolvimento sustentável, adoção de tecnologias verdes e investimentos em infraestrutura.

REGRAS MAIS FLEXÍVEIS DO SEGURO AUTO TENDEM A EXPANDIR CARTEIRAS

Susep publica circular que possibilita lançamento de produtos mais acessíveis, e volume de prêmios pode dobrar nos próximos anos.

O mercado do seguro de automóveis deve sofrer uma guinada com o início da vigência da Circular 639 da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O conjunto de normas representa o advento de um novo marco regulatório para esse produto que passam a ser mais flexível, simplificado e acessível para o consumidor. A previsão é de que o mercado dobre de tamanho nos próximos anos, alcançando uma proporção em relação ao PIB próxima da média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Uma das principais motivações para a edi-

ção da nova circular foi a constatação de que havia um excesso de regulação no mercado. Esse diagnóstico ficou ainda mais evidente a partir da publicação do Relatório do Fórum Econômico Mundial de 2019, que colocou o Brasil em último lugar no indicador que mede o peso desse fator para a competitividade entre 141 países. No seguro auto, o resultado é a concentração do mercado e a baixa penetração em relação à frota de veículos.

Segundo estimativas da Susep, da frota de 49,1 milhões de veículos com até 10 anos de uso em circulação no País, apenas 33,3% têm seguro. Estudos também mostram o baixo montante de prêmios dessa modalidade em

relação ao PIB no País (0,53%), abaixo da Argentina (1,03%) e do Uruguai (0,58%).

“A expectativa é que a penetração do seguro auto aumente com o desenvolvimento de novos produtos mais flexíveis. Esse mercado tem potencial para dobrar de tamanho nos próximos anos, convergindo para a média da OCDE”, informou a Susep.

A adoção de medidas que favorecem o crescimento do mercado, com a contratação mais ajustada às necessidades e ao bolso dos consumidores, não representa apenas o ajustamento a princípios econômicos. Segundo Péricles Gonçalves, pesquisador da FGV Direito Rio e professor associado ao Instituto de Inovação



“Há um estímulo para o consumidor negociar melhor e ter mais responsabilidade com o veículo. É também esperado que as seguradoras adotem cada vez mais boas práticas em seus negócios.”

Péricles Gonçalves, FGV

em Seguros e Resseguros da FGV, a Susep vem procurando adaptar o mundo dos seguros à mesma tendência de disrupção já observada em outros segmentos.

“As novas tecnologias vêm causando verdadeira ruptura com os padrões tecnológicos estabelecidos no mercado, modificando os modelos de negócios existentes e possibilitando a criação de novos produtos. São consequências da utilização de Big Data e Inteligência Artificial, principalmente. As medidas adotadas pela Susep procuram tornar o ambiente regulatório amigável a essa nova realidade”, explica o professor.

Essa lógica já foi responsável por mudanças anteriores, como a instituição do seguro com

vigência reduzida e de período intermitente, a partir da Circular 592, de 2019. A tecnologia permite uma avaliação mais precisa do perfil e dos hábitos dos motoristas, facilitando o cálculo dos riscos de contratações conforme a preferência do consumidor.



SEGURO DO CONDUTOR

A tecnologia também explica uma alteração da nova circular, que permite a venda de seguros vinculados ao motorista, independentemente de que veículo esteja guiando. A contratação de coberturas de responsabilidade civil facultativa, para proteção contra acidentes pessoais de passageiros,

também pode agora ser vinculada ao condutor. São adaptações que vão não só ao encontro do fenômeno dos aplicativos de transporte, mas atende também atende a quem aluga veículos.

Como forma de estimular o lançamento de produtos mais baratos e de maior aceitação no mercado, a Susep deu mais clareza para o uso de peças usadas, que passou a vigorar de forma expressa. A nova circular permite, por outro lado, que as seguradoras utilizem redes referenciadas, reduzindo custos e valor das franquias.

O barateamento dos seguros também pode ser favorecido pela possibilidade de o consumidor optar por coberturas parciais de casco – por proteção apenas por acidente, por exemplo, ou em

combinação com furto e roubo. O texto diz que as partes podem acordar qual será o percentual de reembolso em relação à tabela referenciada, em geral a Fipe, permitindo o pagamento de prêmios menores e com indenização proporcional em caso de sinistro.

Segundo a Susep, as seguradoras podem também adotar a modalidade de valor fixo ou determinado ou outro critério objetivo e transparente. Em todos os casos, o valor apurado precisa ser o da data da ocorrência do sinistro e não mais o da liquidação.

Segundo Péricles Gonçalves, é importante observar que as novas regras também estimulam a responsabilidade do consumidor, criando a possibilidade de se cobrar franquia em casos de indenização total por incêndio. “Há um estímulo para o consumidor negociar melhor e ter mais responsabilidade com o veículo. É também esperado que as seguradoras adotem cada vez mais boas práticas em seus negócios”, avalia.

As mudanças passaram a vigorar em 1º de setembro, mas não alteram os contratos em vigor. Segundo a Susep, nada impede que o segurado procure a seguradora caso queira negociar alguma flexibilidade trazida pela nova regulamentação, observadas as condições previstas no contrato em vigor.

O presidente da FenSeg, Antônio Trindade, vê como positivas as mudanças, pois o ambiente regulatório mais flexível está alinhado às melhores práticas internacionais envolvendo o seguro auto.

“A Circular traz benefícios significativos para o consumidor e para o mercado de seguros como um todo, estimulando a criação de novos produtos, com claro ganho de eficiência. O resultado é o aumento da competitividade e da inovação no segmento”, afirma Trindade.

Walter Pereira, presidente da Comissão de Automóvel da FenSeg, acredita que a Circular propiciará a criação de um ambiente mais favorável para seguradoras, corretores e consumidores, na medida em que cria um caminho para a ampliação da base de segurados, incrementa o portfólio de produtos, atende melhor às necessidades dos motoristas e estimula a eficiência, a inovação e a competitividade.

“Embora a circular conceda prazo de 180 dias para adequação, acredito que a partir de 1º de setembro deveremos ter novidades em um curto espaço de tempo”, diz Pereira.



“A Circular traz benefícios significativos para o consumidor e para o mercado de seguros como um todo e estimula a criação de novos produtos, com claro ganho de eficiência.”

Antônio Trindade, FenSeg



“Embora a Circular conceda prazo de 180 dias para adequação das seguradoras, acredito que deveremos ter novidades em um curto espaço de tempo.”

Walter Pereira, FenSeg

ATAQUES CIBERNÉTICOS DEVEM CUSTAR US\$ 6 TRILHÕES À ECONOMIA GLOBAL

Prejuízo é estimado para este ano pelo relatório “Cybersecurity – Fighting Invisible Threats”, do banco suíço Julius Baer. Os Estados Unidos serão o país mais prejudicado.

No intervalo de apenas um mês, dois grandes ataques cibernéticos nos EUA expuseram a vulnerabilidade das empresas, independentemente de seu tamanho e país de origem, a esse tipo de crime. Em maio, cibercriminosos paralisaram durante cinco dias o abastecimento do oleoduto que fornecia quase metade do petróleo da Costa Leste dos Estados Unidos. Para que o funcionamento voltasse ao normal, exigiram um resgate de US\$ 4,3 milhões da Colonial Pipeline, a empresa proprietária. A brasileira JBS, maior fornecedora de carnes do mundo, teve que pagar US\$ 11 milhões de resgate após suas redes de computadores serem *hackeadas* em junho, fazendo com que unidades na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos fossem temporariamente fechadas.

As operações criminosas nas redes virtuais estão se proliferando rapidamente, a ponto de especialistas afirmarem que o mundo pode estar vivendo duas pandemias simultâneas: a do coronavírus e a dos ataques cibernéticos. De acordo com a pesquisa “Panorama de Ameaças Cibernéticas no Brasil”, desenvolvida pelo FortiGuard Labs, laboratório de investigação e inteligência de ameaças da Fortinet, foram 41 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos em 2020 na América Latina, sendo 8,4 bilhões de tentativas no Brasil. Estima-se que em todo mundo sejam perpetrados 8 trilhões de ataques por dia, ou 90 mil ações criminosas por segundo.

Os crimes são virtuais, mas as consequências são bastante reais. Em 2021, os ataques cibernéticos devem custar US\$ 6 trilhões à economia global, conforme o relatório “Cybersecurity — Fighting Invisi-

ble Threats”, do banco suíço Julius Baer. Os Estados Unidos estão no topo dos países mais prejudicados. O Brasil aparece na décima posição, carregando na bagagem casos que mostram que esse tipo de problema já é uma realidade preocupante.

Um dos ataques mais emblemáticos por aqui aconteceu em junho deste ano com o Grupo Fleury, de medicina diagnóstica, que deixou fora do ar o sistema da empresa e impediu a realização de exames em suas unidades durante alguns dias. Antes, em janeiro, um megavazamento de dados expôs informações de 223 milhões de números de CPFs de brasileiros (vivos e mortos), colocados à venda por criminosos. Sem contar os ataques a sistemas de órgãos públicos, como o STJ e o TSE, ocorridos em 2020.

“Enquanto conversamos, alguma empresa está sendo atacada, no Brasil ou em qualquer lu-



gar do mundo”, vaticina João Fontes, membro da Subcomissão de Linhas Financeiras da FenSeg e Gerente de Linhas Financeiras da AIG.

Há uma série de ataques no portfólio de *hackers*, mas o mais utilizado contra empresas é o *ransomware*, em razão do potencial de ganhos financeiros que proporciona. Trata-se de um tipo de *malware* (software malicioso) capaz de bloquear o acesso ao sistema de um computador ou à rede e de criptografar dados. Os *hackers* que têm acesso a essas informações sigilosas costumam exigir dinheiro de resgate das vítimas em troca da liberação dos dados. O pagamento é imposto por meio de criptomoedas, para impedir o rastreamento.

Há diversas formas de iniciar um ataque de *ransomware*, o mais comum, no entanto, é o *phishing*, quando o fraudador utiliza e-mails, aplicativos ou sites projetados especificamente para

roubar dados pessoais. O criminoso se faz passar por uma pessoa ou empresa e envia mensagens com links, para atrair as vítimas. Ao clicar, a pessoa cai no golpe e a invasão é consumada. Com o *home office* implementado de forma intensa na pandemia, a violação de dados e os pedidos de extorsão chegaram ao ápice nas empresas.

Números do setor de seguros confirmam essa tendência de alta na frequência de crimes e também na preocupação das empresas em transferir esses riscos. De janeiro a dezembro de 2020, o prêmio de seguros para cobertura de riscos cibernéticos foi de R\$ 43 milhões, o dobro do valor de 2019 (R\$ 21,4 milhões). E o aumento não parou por aí: de janeiro a junho deste ano, já foram emitidos R\$ 41 milhões em prêmios, contra R\$ 17,3 milhões no mesmo período de 2020 – crescimento de 237%, segundo dados da Susep.

O volume de sinistros também vem batendo recordes. Em 2020, foram R\$ 31,6 milhões, contra R\$ 811 mil em 2019, explica João Fontes, ao citar dados públicos da Susep. Ainda de acordo com o especialista, essa alta tem alterado a metodologia de análise de riscos pelas seguradoras.

Ele diz que essa alta tem alterado a metodologia de análise de riscos pelas seguradoras. “O mercado de seguros está preocupado com essa tendência de crescimento de sinistro, o que vem levando a um endurecimento maior nas taxas e nos termos e condições exigidos para fechar uma apólice”.

O vice-presidente de Specialty da THB Brasil, Enzo Ferracini, confirma o aumento do valor cobrado pelas seguradoras para esse tipo de seguro. Até o ano passado, a taxa média era de 1,5% sobre o valor contratado para cobertura. Em 2021, está



variando entre 2,5% e 4,5%. “O que pesa no custo é a maturidade da empresa em relação à gestão do risco cibernético. Antes, as seguradoras enviavam um questionário simples para avaliação de risco. Agora, são dois questionários complexos, com o objetivo de analisar desde os equipamentos existentes, como servidores e *backups*, até a governança da empresa em relação à utilização do sistema pelos funcionários”, comenta.

Ferracini afirma que empresas do ramo financeiro são as que mais demandam seguros de riscos cibernéticos. Na corretora, há clientes também da área de portos e logística e de energia. “Hoje as empresas não questionam mais se vão ser invadidas, mas quando serão. Um ataque cibernético é capaz de parar uma operação e trazer danos significativos à reputação da companhia”, ressalta.

O executivo da THB Brasil acompanhou vários casos de ataques cibernéticos nos últimos anos, mas um, em especial, chamou sua atenção pela ação sofisticada dos criminosos. Foi uma invasão ao sistema de uma empresa do setor agrícola, que tinha acabado de fechar a aquisição de uma planta no exterior. Os criminosos se fizeram passar pelo CEO da companhia, enviando um e-mail ao diretor financeiro, para autorizar a transferência de R\$ 100 milhões para a conclusão do negócio.

“A mensagem trazia jargões usados de maneira costumeira pelo CEO, o que acabou não levantando nenhuma suspeita por parte do diretor financeiro, que fez o que o ‘chefe’ pediu. A grande sorte da empresa foi que o banco exigiu um *double check* para transferir o valor para a conta. Perceberam, então, que o e-mail não tinha partido do computador do CEO”, conta ele.

“Hoje as empresas não questionam mais se vão ser invadidas, mas quando serão. Um ataque cibernético é capaz de parar uma operação e trazer danos significativos à reputação da companhia.”

Enzo Ferracini, THB Brasil

A advogada e membro da Associação Nacional de Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD) e da Associação Nacional de Advogados de Direito Digital (ANADD), Maria José Luccas, diz que os cibercriminosos invadem os sistemas de empresas e estudam a melhor forma de ataque. Podem levar semanas ou meses vasculhando conversas, arquivos e informações sigilosas. A motivação dessas invasões é financeira, na maioria das vezes, mas há casos também de ataques por motivos ideológicos ou apenas para minar a reputação da companhia. “O trabalho da polícia forense na identificação da origem dos ataques é fundamental para impedir que a empresa seja atacada novamente pelo mesmo criminoso”, diz ela.

A executiva de TI Consuelo Rodrigues, especialista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e DPO (Data Protection Officer), explica que há diferentes opiniões de entidades na questão do pagamento de resgate. Algumas não o recomendam por não haver garantia de que os criminosos vão devolver a operação do sistema ou não vazarem as informações roubadas.

“Nos EUA, as empresas estão sendo orientadas a não pagar resgate, porque os ataques cibernéticos começaram a ser classificados pelo governo, com prioridade semelhante ao terrorismo. Pagar aos criminosos é uma forma de financiar essa prática, e inclusive empresas de criptomoedas que processarem esse tipo de pagamento, deverão sofrer maior regulação e até sanções num futuro próximo”, afirma Consuelo Rodrigues.

Consuelo lembra que o Brasil é um dos países mais vulneráveis na América Latina para ataques cibernéticos e, mesmo assim, é um dos que menos investem em cibersegurança. Numa média geral, apenas 2% do orçamento total das companhias brasileiras é destinado à cibersegurança, em comparação aos 10% da média mundial. Entre grandes e médias empresas, o índice sobe um pouco, mas ainda é baixo em relação a outros países.

Cada vez mais dependentes da tecnologia em suas operações, as empresas têm colocado o risco cibernético no pilar das discussões, acredita a diretora de Cyber Risk da Marsh Brasil, Marta Schuh. Mas o caminho ainda é longo. Segundo ela, 61% das companhias na América Latina não

têm seguro contra esse tipo de risco. O dado faz parte da pesquisa “Percepção do Risco Cibernético na América Latina em tempos de Covid-19”, produzida pela Marsh em parceria com a Microsoft no início deste ano.

Consuelo Rodrigues e Maria José Luccas fazem parte da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil-seccional de São Paulo (OAB SP), criada no ano passado.

O levantamento mostrou que 30% das empresas na América Latina perceberam um aumento dos ataques cibernéticos desde o início

da pandemia, tendo como principal ameaça os de *phishing*. “É importante que empresas vejam o seguro como parte da abordagem integrada de segurança cibernética, como estratégia adicional e complementar aos processos adotados e às ferramentas de tecnologia”, argumenta Marta.

Entre as coberturas de um seguro *cyber* estão a reconstrução do ambiente afetado e necessidades perante órgãos reguladores. O seguro cobre também danos a terceiros, custos com honorários advocatícios, agências de publicidade para minimizar dano de imagem e valores de multas e penalizações.



“O trabalho da polícia forense na identificação da origem dos ataques é fundamental para impedir que a empresa seja atacada novamente pelo mesmo criminoso.”

Maria José Lucca, advogada



“Nos EUA, as empresas estão sendo orientadas a não pagar resgate, porque os ataques cibernéticos começaram a ser classificados pelo governo, com prioridade semelhante ao terrorismo.”

Consuelo Rodrigues, analista de sistema

João Fontes, da Subcomissão FenSeg, ressalta que, embora o cenário seja nebuloso, o mercado de seguros está preparado para enfrentar essa onda de ataques e contribuir para minimizar riscos dentro das empresas.

“O seguro de riscos cibernéticos está no Brasil há cerca de dez anos. O mercado brasileiro adquiriu ao longo deste tempo experiência necessária para lidar com esse momento atual. As seguradoras têm buscado discutir com os clientes eventuais pontos de melhorias na segurança da informação, no controle de falhas e na mitigação de riscos, a fim de diminuir as chances de invasões”.



“É importante que empresas vejam o seguro como parte da abordagem integrada de segurança cibernética, estratégia adicional e complementar aos processos adotados e às ferramentas de tecnologia.”

Marta Schuh, Marsh



LGPD: NOVA ETAPA EXIGE TRANSPARÊNCIA DAS EMPRESAS

Aprovada em 2018, a LGPD entrou em sua última fase de implementação em 1º de agosto deste ano. A partir de então, órgãos públicos e empresas que não se adaptarem à norma poderão ser punidos com sanções que vão desde uma simples advertência a multas de até R\$ 50 milhões.

Para Mario Viola, advogado especialista em Proteção de Dados, essa nova etapa vai exigir mais cuidado das companhias em relação à transparência e à prestação de contas. “A legislação traz também uma série de mecanismos de segurança e de limite de armazenamento de dados pelas empresas. Isso por si só já é um incentivo para a maior proteção tanto da companhia quanto dos clientes”, afirma.

A especialista Consuelo Rodrigues frisa que a LGPD não proíbe o uso de dados pessoais, mas estabelece o limite ético. “O foco principal é a proteção de dados pessoais e a garantia de direitos fundamentais, como a privacidade”, explica.

SETOR DE TURISMO PROJETA RÁPIDA REAÇÃO APÓS PERDA DE R\$ 341BI COM PANDEMIA

O dado da CNC fica pequeno diante do impacto global que, segundo a ONU, pode chegar a US\$ 4 trilhões do PIB mundial

Um ano e oito meses depois da decretação pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da maior tragédia sanitária do planeta, o setor de turismo – um dos mais afetados pela pandemia – representado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) fez as contas e constatou que o setor amargou perdas da ordem de R\$ 341 bilhões no período.

Os dados são ainda mais relevantes quando projetados em nível mundial. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), as perdas globais podem custar US\$ 4 trilhões ao PIB mundial, com o corte de um bilhão de viagens internacionais entre 2020 e os primeiros meses de 2021.

São feridas que começam a ser cicatrizadas com o processo de vacinação, ainda lenta no Brasil, mas cujo avanço está diretamente ligado à retomada do movimento do setor. A Embratur deu a largada em campanhas para incentivar o turismo interno, apostando nos *slogans* “viajar com segurança” e “um destino perto de você”

como molas propulsoras do setor, que começam a dar sinais de retomada. Sem poder viajar para o exterior, os brasileiros elegeram o Nordeste como destino preferencial.

O presidente da Embratur, Carlos Brito, avalia que os ares estão mudando no País, com a ocupação de mais assentos nas aeronaves e a recontração de profissionais que foram dispensados no ápice da pandemia. Segundo ele, os aeroportos têm registrado crescimento no fluxo de viajantes, mês a mês, e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) prevê que, neste segundo semestre, a ocupação da rede hoteleira chegará a cerca de 80%, em destinos consolidados para o turismo, como serras, praias e fazendas.

“Estamos muito confiantes que, após tantas dificuldades para o setor no mundo inteiro, o turismo no Brasil terá uma retomada rápida. As campanhas de incentivo promovidas pela Embratur na televisão, no rádio e em mobiliários urbanos impactaram mais de 600 milhões de pessoas, resultado considerado muito positivo para colaborar com essa recuperação”, informa Brito.

Ele acrescenta que as companhias aéreas já trabalham com um aumento de aproximadamente 80% na oferta de assentos para o mercado doméstico, em comparação a 2019, e vem recontratando os profissionais que foram afastados no início da pandemia.

A malha aérea opera atualmente com algo em torno de 54% do que era praticado em 2019. O Aeroporto de Viracopos, em São Paulo, por exemplo, anunciou alta de 51% no total de cargas movimentadas em toneladas no primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período do ano passado. O Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, no Recife, operou em julho com 85% do fluxo do mesmo mês de 2019.

● ● ● FLUXO DE TURISTAS

A Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, divulgada em agosto, reafirma o bom momento do fluxo de turistas no País. Segundo estado no ranking nacional de turismo, atrás apenas da Bahia, Pernambuco registrou aumento de



“Estamos muito confiantes que, após tantas dificuldades para o setor no mundo inteiro, o turismo no Brasil terá uma retomada rápida. As campanhas de incentivo impactaram mais de 600 milhões de pessoas.”

Carlos Brito, Embratur

85,6% nas atividades turísticas entre janeiro e julho deste ano, em comparação ao mesmo período de 2020. Goiás liderou com 92%. Ainda no Nordeste, Bahia ficou com 73,3% e Ceará com 63,6%.

Em maio de 2021, o índice de atividades turísticas medido pelo IBGE cresceu 18,2% frente ao mês anterior. Apesar da melhora, o segmento de turismo ainda precisa crescer 53,1% para retornar ao patamar de fevereiro de 2020.

Menos viagens, menos seguro. No setor segurador, o impacto foi grande, com queda global de aproximadamente 60% no volume dos prêmios dos seguros de viagem. Presidente da Comissão de Produtos de Risco da FenaPrevi, Ana Flávia Ribeiro Ferraz faz uma análise da retomada do setor e da economia em geral, constatando a crise no turismo.

“Foi um impacto de dimensão global tanto na economia em geral, como no setor de seguros, em especial. O seguro de viagem foi, sem dúvida, o mais impactado: aviões no chão, sérios problemas de desemprego e queda na renda,

além da baixa de 82% no volume de passageiros. Agora, estamos olhando para a frente e sentimos um momento positivo para a recuperação e retomada tanto no setor de seguros, como no turismo, com garantias de vida e novos produtos para o setor”, destaca.

● ● ● PRÊMIOS DO SEGURO

Entre janeiro e dezembro de 2019, o volume de prêmios do seguro de viagem foi de R\$ 591,7 milhões. Em 2020, com a chegada da pandemia ao Brasil, a arrecadação foi de R\$ 241,8 milhões, representando uma queda de 59,13%. Mas, com a vacinação ainda caminhando, a retomada das atividades econômicas de todo o ciclo que envolve o turismo e o setor de serviços dando claros sinais de recuperação, é hora de apostar em novos produtos para um setor em mutação.

Uma das novas coberturas incluídas no seguro de viagem é para Covid-19, que antes não estava no escopo do produto, mas agora é um dos diferenciais. Para as viagens mais curtas em território nacional,

Ana Flávia aposta numa cobertura de saúde com um preço atraente para o território nacional.

“A pandemia acendeu uma luz de alerta. Além do aumento nos prêmios dos seguros individuais, já sentimos uma demanda maior por coberturas de doenças graves para proteger indivíduos e famílias, assim como para a proteção de executivos que já estão voltando a seus compromissos de negócios que exigem viagens e uma estrutura mais segura nas hospedagens e nos meios de transporte”, explica a executiva, que aponta uma queda de 40% na receita dessa modalidade de seguro entre 2020 e 2021.

Ana Flávia acredita na volta do turismo de negócios com mais segurança e exigências do viajante em eventos corporativos e de uma recuperação do setor de seguros aos níveis de 2019 já no ano que vem.



“A pandemia acendeu uma luz de alerta. Além do aumento nos prêmios dos seguros individuais, já sentimos uma demanda maior por coberturas de doenças graves para proteger indivíduos e famílias.”

Ana Flávia Ferraz, FenaPrevi

RECUPERAÇÃO DAS PERDAS

A importância do turismo para a economia do País é destacada pelo presidente do Sebrae Nacional, Carlos Melles. O setor responde por 7,7% do PIB brasileiro e pela geração de 7,5 milhões de empregos, mas pode gerar uma perda no biênio 2020 - 2021 de R\$ 160 bilhões com a paralisação das atividades, além de amargar a perda de 474,1 mil postos de trabalho.

As apostas são no sentido de o setor recuperar as perdas causadas pela pandemia somente em 2022. Um estudo realizado pela entidade sobre o impacto da vacinação e a retomada dos pequenos negócios revela que o segmento do turismo será um dos últimos a retomar o faturamento pré-pandemia, por conta de suas características. Mas os planos para as festas de final de ano e as férias já começam a aquecer o mercado.

O Sebrae tem acompanhado os pequenos empresários do setor, auxiliado na recuperação e ajudado os negócios a ficarem de pé. Uma das iniciativas foi no sentido de orientar os pequenos negócios a ter acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado pelo Governo Federal para ajudar a desenvolver as microempresas e empresas de pequeno porte e ao qual tem acesso cerca de 4,5 milhões de empresários.

A 11ª Pesquisa de Impacto da Pandemia nos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), detectou queda de faturamento em 91% das empresas do segmento do turismo. Desse total, apenas 9% funcionam da mesma forma que antes da pandemia, 4% fecharam as portas de vez; 28% estão com funcionamento interrompido temporariamente e 59% fizeram mudanças para continuar funcionando.

“Mesmo com esses números, acreditamos que, após a vacinação da maioria da população, esse quadro vai se reverter. A confiança dos empreendedores do setor de serviços também tem aumentado, e eles pretendem voltar a contratar nos próximos seis meses, de acordo com a Sondagem dos Pequenos Negócios, que realizamos em parceria com a FGV, em julho”, disse Carlos Melles.



NEGÓCIOS E EVENTOS

Tanto o turismo de negócios quanto o de eventos, que tinham um peso muito grande no faturamento do segmento inteiro, sofreram grandes perdas com a pandemia. Os eventos *online* diminuíram o fluxo de turistas e muitas cidades que tinham boa parte da arrecadação vinda desse segmento foram impactadas, assim como as empresas especializadas nesse tipo de atividade turística.

Por conta de tudo isso, o presidente do Sebrae acredita que os eventos *online* vieram para ficar, mas os presenciais serão retomados e muitos deles serão realizados de forma híbrida, unindo presencial e virtual. No último mês de julho, a Expo-Retomada, realizada em Santos/SP, evidenciou que o cumprimento dos protocolos permite realizar eventos com segurança.

“A retomada dos eventos permitirá o reaquecimento não só do turismo, mas também de negócios de outras atividades econômicas que são impactadas por esse segmento. As viagens de negócios estão sendo paulatinamente retomadas, e as empresas que inovarem e estive-



rem preparadas para esse novo modelo sairão na frente no processo de retomada”, aposta o presidente do Sebrae.

A Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav) nunca trabalhou tanto para manter e orientar seus 2,2 mil associados a sustentar seus negócios e agora seguir rumo à recuperação. São horas e horas de vídeos, manuais e orientações, assim como e-books para garantir às agências - que migraram para o *home office* – atravessarem a pandemia. Segundo a presidente da entidade, Magda Nassar, o esforço evitou a quebra. O turismo doméstico sempre foi responsável por 60% das viagens, e os roteiros internacionais pelos 40% restantes.

“O primeiro trimestre foi bastante positivo, com uma recuperação significativa. As pessoas despertaram para a importância do agente de viagens depois da pandemia. Estamos adotando todos os protocolos de segurança, e quem pretende viajar pode acessar os serviços por meio de plataformas de tecnologia. A malha aérea do País opera hoje com cerca de 70% da capacidade observada em 2019. Acredito que possamos voltar ao patamar de 200% em dezembro, quando esperamos que a vacinação esteja bem avançada”, espera Magda.



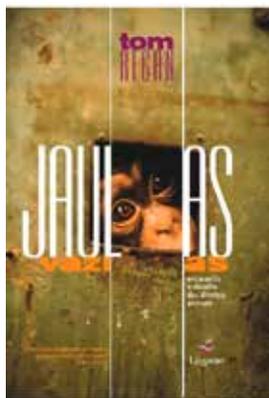
“A confiança dos empreendedores do setor de serviços tem aumentado, e eles pretendem voltar a contratar nos próximos seis meses, de acordo com a sondagem que fizemos em parceria com a FGV.”

Carlos Melles, Sebrae



“A malha aérea do País opera hoje com cerca de 70% do observado em 2019. Acredito que possamos voltar ao patamar de 200% em dezembro, quando esperamos que a vacinação esteja bem avançada”

Magda Nassar, Abav



Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais

Opinião | **Francisco Carlos Rosas Giardina,**
advogado

Autor de um dos livros mais impactantes, Regan nos faz pensar na necessidade de estabelecer um sentimento de empatia com o sofrimento animal, repensando a relação humana e não humana, para concluir pela evidente existência de direitos fundamentais a todas as espécies, inclusive o direito à felicidade, à vida, à integridade física e à satisfação de necessidades individuais e sociais.

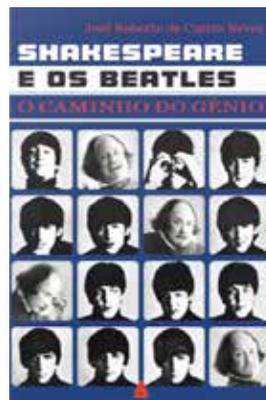
O livro acompanha Regan desde sua juventude até sua trajetória como um dos mais ativos defensores dos direitos animais, e nos faz concluir que a defesa dos direitos animais não é antagônica à defesa dos direitos humanos, e complementar.

Ultimamente, muitas obras vêm sendo escritas sobre animais e a percepção deles como seres capazes de sentir e experimentar dor, amor, solidão, raiva etc. A semente desse movimento, contudo, está na obra de Tom Regan, daí sua vital importância para todos aqueles que se preocupam com um mundo mais empático.

///Sinopse

Com calma e lucidez, como em uma conversa franca e direta com o leitor, Tom Regan argumenta que devemos reconhecer que os animais também têm direito à vida, à integridade física e à satisfação de necessidades biológicas, individuais e sociais. Em todo o livro, seguimos o autor nas difíceis indagações que o inquietaram pessoalmente – desde uma juventude de completa inconsciência das horrorosas realidades vividas pelos animais explorados para diferentes benefícios humanos – e que o transformaram em ativista dos direitos animais. Escrito de forma elegantemente simples, o livro cobre um amplo leque de tópicos de forma acessível e envolvente.

Autor: Tom Regan
Editora: Lugano
Edição – 2006



Shakespeare e os Beatles - O Caminho do Gênio

Opinião | **Washington Olivetto,**
publicitário

Um advogado especialista em Shakespeare e músico amador é autor do livro que acabei de ler. A obra escrita de forma leve por José Roberto de Castro Neves traça paralelos entre o poeta inglês e os garotos de Liverpool, encontrando convergências e propondo reflexões acerca desses gigantes da cultura inglesa e mundial.

O autor relata o que os ícones têm em comum e como chegaram cada um a seus estilos próprios, sempre em busca da afirmação de suas identidades. Ele investiga e consegue apontar as semelhanças entre o percurso criativo de Shakespeare e o quarteto, até que formassem suas obras monumentais e saíssem de cena para entrar pra História.

///Sinopse

O que poderia unir histórias tão díspares quanto a de Shakespeare e a dos Beatles? Se a ideia lhe parece estranha e “nada” foi a resposta que lhe veio à cabeça, esse livro é para você. Com uma perspicácia impressionante, José Roberto de Castro Neves coloca lado a lado as produções desses dois marcos da cultura e descobre nelas um padrão comum – um padrão de amadurecimento artístico e pessoal que, mais do que revelar as riquezas do maior dramaturgo e do maior grupo musical da História, nos faz pensar nas alturas a que o engenho do homem pode chegar.

Autora: José Roberto de Castro Neves
Editora: Nova Fronteira
Edição – 2021



Seguro é estudar com quem está 50 anos à frente

CONHEÇA OS PROGRAMAS DE MBA DA PRIMEIRA E ÚNICA ESCOLA DE NEGÓCIOS E SEGUROS DO BRASIL

DÊ NOVO CURSO À SUA VIDA!

Condições especiais para você alcançar o próximo nível da sua carreira ainda em 2021

CURSOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS:

GESTÃO ESTRATÉGICA
DE SEGUROS

GESTÃO DE
RISCOS E SEGUROS

GESTÃO JURÍDICA EM CONTRATOS
DE SEGUROS E INOVAÇÃO



NÃO PERCA TEMPO E INSCREVA-SE!

mba.ens.edu.br

posgraduacao@ens.edu.br | 0800 025 3322



A sua Escola
de Negócios
e Seguros

ACOMPANHAR O DESEMPENHO DO SETOR SEGURADOR FICOU AINDA MAIS FÁCIL!

Conheça a nova área de **Análises e Estatísticas** do **portal da CNseg**, sua fonte de informação segura sobre o mercado.



Você sabia que a CNseg desenvolve de forma contínua, a partir de suas Comissões Temáticas, estudos e análises sobre o setor segurador? Para dar mais visibilidade aos materiais elaborados, foi criada uma página exclusiva no **portal da Confederação** com dados consolidados do mercado.

VEJA ALGUNS DOS CONTEÚDOS DISPONÍVEIS:

Panorama Estatístico:

resumo estatístico com as principais informações sobre o setor e seus diversos segmentos.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas:

boletim semanal de acompanhamento das expectativas econômicas, tendo por base o Relatório Focus, do Banco Central.

Caderno de Estatísticas: compilação de estatísticas do setor, incluindo índice econômico-financeiro e dados macroeconômicos.

Síntese das Projeções de Arrecadação:

conteúdo resumido que contempla as expectativas de crescimento dos grandes segmentos do setor nos cenários pessimista e otimista.

Acesse cnseg.org.br e clique em Análises e Estatísticas no menu superior. Confira já!

